

A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA: UMA ANÁLISE CONTÁBIL

THE TAX RESPONSIBILITY OF PARTNERS IN LIMITED COMPANY: AN ACCOUNTING ANALYSIS

Thaís Vilanova de Souza¹

Marcela Cavalini Miranda²

Juliano de Jesus Lopes³

Resumo: Este artigo analisa a responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada, com o intuito de transmitir esclarecimentos da limitação dessa responsabilidade, conforme as orientações do artigo 1.052 do Código Civil. Considerando que esse assunto é pouco explorado sob a perspectiva contábil, este trabalho tem como objetivo do estudo analisar a responsabilidade tributária dos participantes do quadro societário da limitada. Para apresentar através da análise contábil, a responsabilidade tributária dos sócios, e também a contribuição da conduta ética do contador em fazer valer essa responsabilidade, utilizando o balanço patrimonial para fins de demonstração. A caracterização de limitação da responsabilidade tributária dos sócios está relacionado ao limite das quotas subscritas do capital social. Posteriormente, confrontou-se o referencial teórico desenvolvido por meio da revisão da literatura, sobre os conceitos que respaldam o tema, com um estudo de caso que comprova através do contrato social e um balanço patrimonial, pelo método qualitativo, o cumprimento da integralização do capital social. Desse modo, pode-se concluir, de acordo com os resultados obtidos, uma vez integralizado o montante negociado, conforme exposto no contrato social, os sócios estão isentos das responsabilidades por dívidas que a sociedade contrair.

Palavras-Chave: Sociedade Limitada. Responsabilidade Tributária. Contabilidade

Abstract: This article analyzes the tax liability of the members in the limited company, with the purpose of transmitting clarifications of the limitation of this responsibility, according to the guidelines of article 1.052 of the Civil Code. Considering that this subject is little explored under the accounting perspective, this study has the objective of analyzing the tax liability of the participants of the corporate framework of the limited. To present, through the accounting analysis, the tax liability of the partners, as well as the contribution of the ethical conduct of the accountant in asserting this responsibility, using the balance sheet for demonstration purposes. The limitation characterization of the tax liability of the partners is related to the limit of the subscribed shares of the capital stock. Subsequently, the theoretical framework developed by means of a review of the literature, on the concepts that support the theme, was confronted with a case study that proves through the social contract and a balance sheet, by the qualitative method, the fulfillment of the payment of capital social. In this way, it can be concluded, according to the results obtained, once the negotiated amount has been paid, as set forth in the articles of association, the partners are exempt from liabilities for debts that the company contracts.

Keywords: Limited Society. Tributary Responsibility. Accounting.

¹ Acadêmica graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Barretos - São Paulo.

E-mail: thaaisvilanova@hotmail.com

² Professora orientadora Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UNIARA - São Paulo.

E-mail: marcela_cavalini@hotmail.com

³ Coorientador Mestre em Administração pela FAESP - São Paulo. E-mail: kujlopes06@gmail.com

1 Introdução

A constituição da sociedade limitada (LTDA) concede um elemento muito favorável para os interessados, e destaca-se entre outros tipos de empresas, simplesmente porque os sócios recebem uma restrição de responsabilidade, ou seja, existe um limite de responsabilidade tributária para ser cumprido. Por esse motivo, o tema é imprescindível de esclarecimentos, devido à pouca exploração ao assunto pela perspectiva da área contábil.

Segundo Fabretti (2014) quando o assunto está relacionado com a limitação das responsabilidades dos sócios, o tratamento deve ser distinto entre a pessoa física, seus bens particulares e a pessoa jurídica e seus patrimônios. Certifica-se conforme estabelece o princípio contábil da entidade, que a contabilidade reconhece o patrimônio como seu objeto, concedendo autonomia patrimonial aos bens da empresa, assim demarcando o que pertence a pessoa física dos sócios e o que é da empresa.

Dedica-se também a associação de assuntos estudados no direito e na contabilidade, com finalidade de evidenciar que ambos norteiam as normas que os integrantes da sociedade limitada precisam cumprir. (OLIVEIRA et al., 2014).

O direito impõe às normas jurídicas tributárias, sendo por meio deste que norteia-se a responsabilidade tributária dos sócios. E quanto a contabilidade, a sua função é de evidenciar a importância da prática de uma conduta ética por parte do contador, no manuseio das informações contábeis e financeiras da empresa, respeitando as orientações designadas pelo Código de Ética Profissional do Contador.

A conduta ética do contador contribui no aspecto de fazer valer em parte, o sucesso ou insolvência da atividade empresarial, no que diz respeito apenas aos conhecimentos que atendem a sanar as exigências do Fisco (recolhimento de tributos), através de uma escrituração fidedigna da empresa e posteriormente a elaboração de um balanço patrimonial transparente, sem manipulações de números.

O problema de pesquisa baseia-se na seguinte questão: qual a responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada através da análise contábil?

O objetivo geral deste trabalho: analisar e descrever a responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada através da análise contábil.

Os objetivos específicos a serem explanados resumem-se em: conhecer a constituição da sociedade limitada; analisar a responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada; contextualizar a contribuição da conduta ética do contador na sociedade limitada; demonstrar com o estudo de caso a responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada, de acordo com as normas do Código Tributário Nacional.

O estudo surgiu através da necessidade de exploração do assunto, devido sua grande valia a diversas áreas, sendo um tema muito importante e empregado atualmente, porém é necessário analisar por meio do âmbito contábil em razão desse ato constitutivo da sociedade limitada oferecer uma limitação da responsabilidade aos sócios.

2 A Sociedade Limitada no Ordenamento Jurídico Brasileiro

No Brasil o interesse de constituir empresa e desembolsar pouco dinheiro torna-se extremamente visado, e esse é o fator determinante que justifica a viabilidade da sociedade limitada, sendo a atividade econômica mais favorável e escolhida, devido a pequena complexidade nos negócios. (Coelho, 2003).

O autor também orienta que a sociedade limitada abrange empresas de menor porte, tratando-se de atividades empresariais menos complexas comparadas as sociedades anônimas, e assegura vários direitos aos sócios através do contrato social, pactuado entre as partes.

O artigo 967 do Código Civil preconiza a obrigatoriedade da inscrição na Junta Comercial, para ser considerado empresário ou desempenhar atividade empresária. (BRASIL, 2002).

O conceito usual para definir a sociedade empresária, “é uma entidade dotada de personalidade jurídica, com patrimônio próprio, atividade empresarial e fim lucrativo”. (BORBA, 2003, p. 17).

2.1 A Legislação Aplicável

A sociedade limitada segundo Teixeira (2017) antes do novo Código Civil de 2002 era conhecida como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e suas normas regidas pelo decreto nº 3.708/1919.

E quanto ao decreto n. 3.708 de 1919 a sua vigência foi revogada pela Lei 10.406/2002, e agora responsável, após as respectivas mudanças na legislação pelo Código Civil de 2002. (BERALDO, 2007).

“O Código Civil de 2002, ao disciplinar o direito de empresa, reservou para as sociedades limitadas trinta e cinco artigos, que se iniciam com o art. 1.052, se alongando até o art. 1.087”. (SOUZA, 2005, p. 246).

A regência para Silva (2002) quando prevista em contrato pode ser supletiva pelas normas da sociedade anônima, ou no caso de omissão a decisão no contrato social, deve-se aplicar o regime subsidiário (caráter impositivo) das sociedades simples na sociedade limitada, conforme o próprio *caput* do artigo 1.053 do CC.

2.2 A Constituição da Sociedade Limitada

De acordo com Coelho (2003) o requisito fundamental para a constituição da sociedade, baseia-se em analisar as características de existência, sendo a primeira a pluralidade de sócios, necessário cumprir a quantidade mínima de dois, porque na constituição não admite-se apenas uma pessoa pela impossibilidade de ser sócio de si mesmo.

Outro elemento que deve-se analisar após a quantidade dos sócios, será o contrato social da sociedade limitada. No momento da constituição deve-se observar os requisitos do art. 997 do Código Civil, e entre as determinações acatar o que estiver compatível. (BRASIL, 2002).

Segundo Coelho (2003) o contrato social desmembra muitos itens importantes para examinar, e que devem estar nas cláusulas de maneira formal, depois registrado na Junta Comercial do Estado, para nascer a personalidade jurídica da sociedade limitada e em sequência começar a desenvolver a atividade econômica do negócio.

Os elementos do contrato social, classificam-se, de modo geral, conforme Requião (2010): a capacidade civil, o objeto lícito, a pluralidade de sócios, o ato constitutivo, o capital social, os lucros ou perdas.

A sociedade quando adquire personalidade jurídica agrega os seguintes efeitos, conforme Requião (2010): conquista direitos e apropria-se de obrigações, adquire autonomia patrimonial, porque o patrimônio após integralizado é da sociedade, e não existe confusão patrimonial, porque não confunde-se a pessoa

jurídica da sociedade com a pessoa dos sócios.

Verifica-se que o assunto também abrange o princípio da separação patrimonial e princípio da limitação da responsabilidade, e assim Teixeira (2017) expõe que o princípio da separação patrimonial ou autonomia patrimonial, faz distinção das personalidades jurídicas da sociedade com a pessoa dos sócios, e serve para implementar a separação dos bens patrimoniais da empresa dos bens particulares dos sócios.

O princípio da limitação da responsabilidade resulta da limitação ao valor das quotas integralizadas, e Teixeira (2017) defende que não cabe responsabilidade pessoal aos sócios, o bem particular será resguardado quando ocorrer dívidas da sociedade, com exceção quando ocorre a desconsideração da personalidade jurídica.

3 A Responsabilidade Tributária dos Sócios na Sociedade Limitada

Machado (2017, p. 124) explica o conceito de obrigação tributária, sendo:

[...] a relação entre o Estado e as pessoas sujeitas à tributação não é relação simplesmente de poder, mas uma relação jurídica. A relação tributária, como qualquer outra relação jurídica, surge da ocorrência de um fato previsto em uma norma como capaz de produzir esse efeito. Em virtude do princípio da legalidade, essa norma há de ser uma lei [...]. A lei descreve um fato e atribui a este o efeito de criar uma relação entre alguém e o Estado. Ocorrido o fato, que em direito tributário denomina-se fato gerador, [...] nasce a relação tributária, que compreende o dever de alguém (sujeito passivo da obrigação tributária) e o direito do Estado (sujeito ativo da obrigação tributária).

E para Sabbag (2017, p. 772) a constituição será através da união dos seguintes componentes: o sujeito ativo (art. 119 e 120, CTN), o sujeito passivo (art. 121 a 123, CTN), o objeto (art. 113, CTN) e a causa (art. 114, CTN).

3.1 A Obrigação Tributária

O primeiro elemento na relação tributária que deve-se esclarecimentos são os sujeitos, e segundo Pêgas (2003) é constituído por um ativo e o outro passivo. Sabbag (2017) complementa respectivamente que um é credor, e o outro define-se devedor na obrigação tributária.

O sujeito ativo é aquele ente revestido de competência tributária, e que o art. 119 e art. 120 do CTN emprega como pessoa jurídica de direito público repleta de poder legislativo, responsável por criar, cobrar, receber e fazer valer o cumprimento do pagamento do tributo. (MACHADO, 2017).

O sujeito passivo é aquele definido pelos artigos 121 e 123 do CTN, e que indica a pessoa responsável que deve pagar o tributo, ou penalidade pecuniária. (OLIVEIRA, 2005).

Em resumo, a pessoa responsável por gerar o fato gerador é chamada de sujeito passivo da obrigação tributária principal, por ser aquele que paga o tributo ou penalidade pecuniária conforme art. 121 CTN, e existem duas espécies, nomeadas de contribuinte ou responsável. (AMARO, 2011).

Portanto, sobre as duas espécies de sujeito passivo, resumem-se nas palavras de Nascimento (2002, p. 281) “[...] é denominado pelo CTN de contribuinte quando realiza, ele próprio, o fato gerador da obrigação, e de responsável quando, não realizando o fato gerador da obrigação, a lei lhe imputa o dever de satisfazer o crédito tributário em prol do sujeito ativo”.

O objeto da obrigação principal é o pagamento do tributo ao sujeito ativo, conforme o art. 113, §1º do CTN “[...] tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária”. (BRASIL, 1966).

E o último elemento que compõe a obrigação tributária é a causa ou vínculo. Segundo Amaro (2011) o ensejo da obrigação tributária faz-se através da ligação jurídica entre o credor e o sujeito devedor, porque ambos geram o fato gerador descrito na lei, para nascer a obrigação tributária, ou seja, eclode porque existe um vínculo jurídico através da lei tributária.

Quando fala-se de fato gerador: “1) a situação hipotética, prevista na lei, necessária ao surgimento da obrigação; 2) a concretização de tal situação no mundo jurídico, gerando, em consequência, o efetivo nascimento da obrigação principal”. (FREITAS, 2013, p. 632-633).

De acordo com o autor, a situação hipotética, também conhecida como hipótese de incidência é a previsão legal da situação, e após concretizar-se caracteriza o fato gerador que é a situação consumada.

3.2 As Modalidades de Responsabilidade Tributária dos Sócios da Sociedade Ilimitada, Incluídas no Código Tributário Nacional

Verifica-se que a responsabilidade tributária desmembra duas modalidades atribuídas a terceiro, posteriormente ao fato gerador, segundo Sabbag (2017) responsabilidade tributária por substituição e responsabilidade tributária por transferência.

Nesse sentido Sabbag (2017) explica que a responsabilidade por substituição ocorre quando a lei nomear pessoa distinta daquela que sustenta relação econômica com o fato gerador (contribuinte), e responde pelo pagamento do tributo.

Há de se ressaltar que, para melhor esclarecimento, quando aplica-se a substituição envolve uma outra pessoa, ou seja, é uma terceira pessoa que é envolvida, mesmo que não tenha relação com o fato gerador, tem vínculo com o contribuinte, conhecido também na relação de responsabilidade tributária como substituído. (SABBAG, 2017).

E essa terceira pessoa desde o início do ocorrido (fato gerador) torna-se substituto no lugar do contribuinte (substituído), no caso recebe a responsabilidade de pagar o tributo ao Fisco, e o substituído recebe imunidade dos deveres. (SABBAG, 2017).

Sobre os motivos desse regime jurídico de substituição existir, de modo geral, para Sabbag (2017) é devido à dificuldade na fiscalização dos contribuintes de difícil acesso, e também para agilizar a arrecadação tributária.

A outra modalidade é a responsabilidade por transferência ou transferência de responsabilidade, o seu conceito baseia-se que a pessoa (terceira pessoa) toma a incumbência de pagar o débito (obrigação de um devedor) do contribuinte ou responsável, mesmo que não tenha qualquer vínculo jurídico estabelecido, a lei transfere a responsabilidade que era de outro, ou seja, recebe essa obrigação de pagar o tributo após ocorrer o fato gerador. E chama-se essa terceira pessoa, de responsável tributário. (SABBAG, 2017).

Sabbag (2017, p. 811) “[...] após a ocorrência de um evento determinado [...] transfere-se o ônus [...]. Em outras palavras, depois de surgida a obrigação tributária contra uma pessoa certa e determinada, é ela transferida a outrem, em consequência de um fato [...] posterior”.

E nessa linha de entendimento sobre a modalidade de responsabilidade por

transferência desmembra-se três tipos de responsabilidades, e segundo Sabbag (2017) será a responsabilidade de devedores solidários, responsabilidade de devedores sucessores e responsabilidade de terceiros devedores.

Segundo Sabbag (2017) a responsabilidade solidária é empregada no sentido de expressar que todos os devedores respondem pela dívida completa, e também pode o Estado escolher entre os devedores apenas um para atribuir a ele a responsabilidade total da obrigação tributária, porque não tem ordem de atribuição.

Conforme o autor, após excluído o crédito tributário, o devedor que pagou sozinho o valor respectivo e que deveria ser cobrado de todos os envolvidos na relação solidária, tem o direito de solicitar a devolução do valor pago, porque todos são responsáveis solidários pelo pagamento, com base no art. 125 do CTN.

Ainda, sobre a responsabilidade tributária por transferência, o segundo tipo de responsabilidade é o de devedores sucessores, matéria estabelecida pelo legislador do art. 129 ao 133 do CTN, e que ocorre pela transferência de todos os débitos tributários a outra pessoa, gerados antes da respectiva sucessão, por ausência (desaparecimento) daquele que é devedor inicial, seja por morte ou venda de imóvel. (SABBAG, 2017).

E o último tipo de responsabilidade tributária por transferência que os sócios estão sujeitos é a de terceiros devedores, com conteúdo resguardado nos art. 134 e 135 do CTN, diz que essa matéria cobra o dever de zelo daquele que exerce atividades com poder de gestão sobre o patrimônio de outra pessoa, e esse terceiro exemplifica-se sendo os administradores, diretores ou gestores que encarregam-se do patrimônio do contribuinte, e estes também são responsabilizados por seus atos de gestão. (SABBAG, 2017).

De maneira mais clara, para Amaro (2011) não cobra-se a obrigação tributária dos terceiros de maneira solidária, mas subsidiária conforme as condições do *caput* do art. 134 CTN (responsabilidade atuação regular), e Alexandre (2016) explica o motivo, já que existe uma ordem de cobrança, primeiro cobra-se do contribuinte e na impossibilidade, atribui-se ao responsável tributário.

Segundo Amaro (2011) é em virtude de fazer parte das situações por algum ato, seja estar presente na situação que gera o fato gerador ou por nítida omissão, a lei o destina responsável pelas ações que praticou.

O conceito de responsabilidade de terceiros, conforme art. 135 CTN (atuação irregular) é de qualificar o contribuinte como padecente das ações daqueles que o

retrata (gerente, diretor ou representante da empresa), portanto esse é o motivo da responsabilidade ser pessoal nessa situação, porque ultrapassou os limites atribuídos pelo contrato social. (SABBAG, 2017).

Em relação aos atos praticados com excesso de poder, ou ações executadas segundo o próprio entendimento do gestor, não respeitando as limitações da lei e contrato, gerando assim infração da lei (ação de dolo que deve-se provar), sucede consequências para o responsável causador do prejuízo. (SABBAG, 2017).

E com base nas explicações, pode-se afirmar que a distinção entre a responsabilidade por substituição e a responsabilidade por transferência é que, na primeira situação, ocorre que “[...] a escolha do responsável tributário é anterior a ocorrência do fato gerador” e na responsabilidade por transferência, “a escolha do responsável tributário ocorre em momento posterior a verificação do fato gerador”. (MALTINTI, 2009, p. 103).

E resume-se de maneira geral após explanar sobre as modalidades de responsabilidade tributária designadas no CTN, em primeiro momento existe a limitação da responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada, no artigo 1.052 do Código Civil, no qual o legislador orienta que ao sócio é atribuído a responsabilidade solidária pela integralização do capital social. (BRASIL, 2002).

Os sócios devem integralizar o capital social negociado porque a credora da relação tributária (a empresa), segundo o artigo 1.080 do CC, poderá cobrar de um sócio ou de todos o valor subscrito e não integralizado do capital social, sendo a parcela restante do sócio remisso, ou seja, configura-se a exceção de proteção ao patrimônio dos sócios, porque serão alcançados apenas pela falta da integralização do capital social, transformando a responsabilidade ilimitada. (LEMOS, 2006).

Após o capital social totalmente integralizado, os sócios não podem ser mais responsabilizados perante terceiros pelas dívidas que a sociedade conceber, devido a distinção de pessoa jurídica e física existente na relação jurídica, portanto, as dívidas sociais, incluindo tributárias perante terceiros será de responsabilidade da empresa. (LEMOS, 2006).

4 A Contabilidade e a Conduta Ética do Contador

O direito e a contabilidade são linhas de conhecimento dadas como ciências que estão ligadas em diversos aspectos, quando trata-se de instituir normas as

sociedades. (OLIVEIRA et al., 2014).

O conceito, em síntese é que a contabilidade estuda as riquezas geradas pela empresa, desenvolvida para avaliar, controlar, registrar e informar aos seus usuários a situação econômica da empresa, sejam estes contadores, auxiliares, administradores, sócios ou terceiros. (FRABRETTI, 2014).

Segundo Oliveira et al (2014) entre umas das inúmeras atribuições dessa ciência, ao contador é concedido a responsabilidade de prestação de contas da movimentação financeira da empresa, as autoridades de direito público, instituídos de poder e encarregados de arrecadar os tributos.

Em consequência, além da legislação tributária a contabilidade também resguarda os bens particulares da pessoa física, porque pode ocorrer confusão patrimonial entre pessoa física e jurídica da empresa, por isso surgiu a separação entre pessoa física e pessoa jurídica, através do princípio da entidade. (FABRETTI, 2014).

Entende-se pelas palavras de Barboza (2017) a contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das empresas, aonde essa ciência desmembra-se em várias áreas de conhecimento específico, e como sabemos, uma delas é a contabilidade tributária.

4.1 Introdução a Função da Contabilidade Tributária

A contabilidade fragmenta-se em muitos ramos, e entre um desses enquadra-se a contabilidade tributária, com a função de estudar as teorias dos princípios a serem exercidos pelos contadores, as normas contábeis que regulam a contabilidade (imposição de regras que norteiam o comportamento), e os conceitos da legislação tributária. (FABRETTI, 2014).

A contabilidade tributária é “responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, [...] adaptando a rotina empresarial às obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade [...] sanções fiscais e legais”. (SILVA, 2008, p. 10).

Sobre a situação tributária da empresa, deve-se prestar informação para o Fisco, e este averiguar o compromisso da empresa em cumprir os prazos das atividades de registro e controle dos documentos fiscais, entre outros acontecimentos que abrange a área fiscal. (COSTA, 2016).

E para Oliveira et al. (2014, p. 47) “a escrituração contábil das pessoas jurídicas é de responsabilidade e atribuição do contabilista (...). O contabilista assinará as demonstrações contábeis obrigatórias, juntamente com os sócios”.

4.2 Aspectos da Conduta Ética do Contador

A ética e a moral estão relacionados entre si, mas desencadeiam diferentes significados, com base nas fundamentações de Aristóteles conceitua-se a ética uma ciência que estuda a conduta dos seres humanos, e a moral, nos orienta como devemos conviver em sociedade. (BARROS, 2010).

O Conselho Federal de Contabilidade (2003) esclarece que a pessoa instruída do que é certo ou errado nem sempre faz escolhas adequadas, o conhecimento apenas serve de orientação, ou seja, aquele que conhece as normas éticas pode escolher não praticar, porque não pode-se obrigar a pessoa a obedecer, cada um faz suas escolhas e também responde pelas consequências.

Existem situações que o profissional depara-se com várias maneiras para resolver a situação, porque o código de ética não consegue e também não prevê todas as situações ou atividades diárias, ou seja, agir direito e agir errado é escolha do profissional. Óbvio que as consequências são previsíveis, porque estará gerando prejuízo para terceiros, e fere o padrão pregado pelo código ético do contador. (CONSELHO DE CONTABILIDADE, 2003).

E o autor ainda explica que para considerar que o profissional seja ético, é necessário que este não apenas cumpra as leis e código de ética, pois ambos não conseguem abranger todos acontecimentos e disposições possíveis a serem realizadas pelas pessoas, deve-se potencializar prudência nas decisões tomadas, e por fim empregar adequado discernimento nas situações ambíguas para agir imparcialmente e com seriedade.

Nas palavras de Müller (2003) assim pode-se mencionar, que o código de ética profissional do contador conduz estes conceitos norteadores dos direitos e deveres, quando no ato das suas obrigações desenvolvidas na empresa, ou seja, é um guia de comportamentos a serem cumpridos pelo profissional.

5 Metodologia da Pesquisa

Segundo Cervo e Bervian (2002) a metodologia apresenta-se como o caminho escolhido, devidamente fundamentado por pesquisas e com finalidade de demonstrar um resultado do conteúdo pesquisado.

O pertinente estudo baseia-se em pesquisa de revisão bibliográfica, e o conceito para Martins e Lintz (2010) é a pesquisa que analisa e descreve o tema que se deseja conhecer, sendo sua fonte de informações as teorias publicadas em livros, artigos, revistas, jornais, etc.

O trabalho em relação aos objetivos, obteve-se como procedimento utilizado na coleta de dados, a pesquisa de levantamento bibliográfico, e inclui-se livros e artigos online, que tratam da legislação tributária para explicar a responsabilidade tributária, e a conduta ética do contador no desempenho da sua profissão.

E além da pesquisa de revisão bibliográfica, a abordagem do problema em questão, não utiliza de meios numéricos ou estatísticos para comprovar os resultados, caracteriza-se por manusear a variável da pesquisa qualitativa.

Segundo Lakatos e Marconi (2011, p. 269) “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”.

Minayo (2001, p. 22) define a pesquisa qualitativa, “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

E quando trata-se do estudo de caso, utiliza-se da pesquisa documental para o desenvolvimento, e o conceito segundo Cervo e Bervian (2002), é realizado através de levantamento de documentos pertinentes ao assunto em questão, para comparar e informar as características do objeto pesquisado.

O estudo de caso é realizado em uma empresa de sociedade limitada, e as informações foram coletadas por meio documental, de forma a verificar em seu contrato social a divisão das quotas na sociedade limitada, e suas responsabilidades perante o valor integralizado.

Desse modo, resume-se que a fonte principal pesquisada e analisada, é o percentual de participação dos sócios por meio de suas quotas, para confrontar as informações através de um balanço patrimonial fictício, porém a estrutura é com base na Lei 6.404/1976, do art. 178 ao 182, pois são as bases legais que norteiam a

elaboração do balanço patrimonial para as empresas. Sendo a finalidade de demonstrar nesse processo se ocorre ou não o cumprimento da responsabilidade tributária da empresa e contextualizar a limitação da responsabilidade tributária dos sócios.

6 Análise da Pesquisa

A pesquisa tem intuito de associar a parte teórica do estudo realizado com a parte prática, abrangendo uma sociedade X LTDA, e desse modo comprovar a limitação da responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada, e a importância da conduta ética do contador no momento de realizar com transparência o balanço patrimonial da empresa.

E sobre a coleta dos dados, na análise utiliza-se o contrato social, documento jurídico celebrado entre os sócios para constituição e a abertura da empresa, e um balanço patrimonial para demonstrar todo o movimento da atividade empresarial no ano 20XX.

6.1 As Características Gerais da Empresa

Destaca-se algumas características da empresa analisada, sendo sua opção do regime de tributação o pelo simples nacional, no ramo de comércio, e conforme tabela do simples será o anexo I, com capital social integralizado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e dois sócios.

A cláusula segunda do contrato social da empresa X LTDA transmite informações sobre o capital social, no qual é essencial para esclarecimentos das responsabilidades dos sócios. Na análise os sócios são desmembrados em sócio A e sócio B para melhor exemplificação, nas explicações posteriores.

A responsabilidade do sócio A equivale a 50% (cinquenta por cento), ou seja, 1.500,00 (mil e quinhentos reais) integralizados do capital social, e esse valor é diretamente ligado a sua responsabilidade tributária. Portanto, a responsabilidade tributária do mesmo é referente apenas ao valor integralizado do capital social, e nada além disso.

E o sócio B da empresa X LTDA também integralizou 50% (cinquenta por cento) do total do capital social, e será responsável apenas pelo pagamento de

1.500,00 (mil e quinhentos reais). Ainda sobre a integralização dos sócios, confirma-se que a empresa X LTDA obteve o montante de 3.000,00 reais de capital social, para início das atividades empresariais.

Tabela 1 - Valor do Capital Social da Empresa X LTDA

CLAUSULA SEGUNDA: O CAPITAL SOCIAL SERÁ R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), DIVIDIDOS EM 1000 (MIL) QUOTAS NO VALOR NOMINAL DE R\$ 3,00 (TRÊS REAIS) CADA UMA, INTEGRALIZADAS, NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, PELOS SÓCIOS:

NOME	PORCENTAGEM	QUOTAS	VALOR
	50%	500	R\$ 1.500,00
	50%	500	R\$ 1.500,00
TOTAL	100%	1000	R\$ 3.000,00

Fonte: Junta Comercial do Estado de São Paulo (2018)

6.2 A Análise dos Dados da Empresa X LTDA

“[...] em decorrência do arquivamento do contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a sociedade empresária adquire personalidade jurídica, respondendo pelas obrigações sociais com seu próprio patrimônio”. (FAZZIO JÚNIOR, 2018, p. 98).

Segundo Anjos (2016) os sócios respondem apenas pelo valor das quotas integralizadas, e expressas no contrato social, conforme art. 1.052 do CC, e esclarece-se que esse é o limite da responsabilidade desse tipo societário.

Conforme Requião (2010) o sócio não pode ser responsabilizado por eventuais dívidas da empresa, porque a sociedade exerce personalidade jurídica, no qual obtém seus próprios direitos e obrigações.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial Empresa X LTDA

Empresa X LTDA

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 20XX

(Em Reais)

	NOTA	20XX
ATIVO		<u>53.000,00</u>
Circulante		<u>33.000,00</u>
Disponível	2	33.000,00
Caixa		13.000,00
Banco		20.000,00
Não Circulante		<u>20.000,00</u>
Contas a Receber	3	20.000,00
PASSIVO		<u>53.000,00</u>
Circulante		<u>30.000,00</u>
Obrigações Trabalhistas	4	10.000,00
Salários a Pagar		10.000,00
Obrigações Tributárias	5	10.000,00
Simples Nacional a Recolher		10.000,00
Outras Obrigações	6	10.000,00
Contas a Pagar		10.000,00
Não Circulante		<u>20.000,00</u>
Empréstimo a Pagar	7	20.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.000,00</u>
Capital Social		3.000,00
Capital Social Integralizado	8	3.000,00
Sócio A		1.500,00
Sócio B		1.500,00

Fonte: A Autora

6.3 Os Resultados da Análise da Responsabilidade Tributária dos Sócios na Empresa X LTDA

A sociedade limitada surgiu com o objetivo de determinar uma base que amparasse a responsabilidade dos sócios de maneira limitada, e não apenas ilimitada. (ANJOS, 2016).

Desse modo, visa-se comprovar a responsabilidade tributária dos sócios, através do balanço patrimonial do ano 20XX, elaborado à partir de demonstrativos contábeis embasados em valores fictícios, mas, respeitando a estrutura contábil de

um balanço patrimonial conforme a Lei 6.404/1976.

Segundo a regra do artigo 1.052 do CC a responsabilidade tributária dos sócios será restrita ao valor das quotas subscritas, porém, todos são enquadrados como responsáveis solidários pela integralização do capital. E assim, corresponde, o limite da responsabilidade dos sócios na sociedade X LTDA. (LEMOS, 2006).

Considera-se com base na análise, que existe a separação do patrimônio particular dos sócios e o patrimônio da pessoa jurídica, isto é, os bens particulares do sócio A e sócio B não são comprometidos para satisfazer as dívidas da empresa X LTDA. (COELHO, 2003).

Uma vez integralizadas as quotas nas sociedades limitadas, segundo Requião (2010) será a própria empresa que ficará responsável por saldar as dívidas tributárias contraídas.

E analisando os resultados obtidos, percebe-se que o sócio A e o sócio B comprometeram-se a integralizar o capital social, e assim cumpriram com suas responsabilidades sobre as 500 quotas cada sócio, no valor de R\$ 3,00 cada uma, perfazendo o total de R\$ 3.000,00 reais, de capital subscrito e integralizado.

Dessa forma vê-se que na empresa X LTDA os sócios exerceram a responsabilidade solidária previamente estabelecida, e demonstra-se através do balanço patrimonial a conta capital social integralizado, classificada no patrimônio líquido. E informa-se que não ocorreu a necessidade de aplicar a efetiva limitação de responsabilidade tributária dos sócios, uma vez que a empresa X LTDA consegue pagar os tributos inerentes da atividade empresarial.

7 Considerações Finais

Ressalta-se sobre os resultados alcançados, que a responsabilidade tributária inicialmente não é dos sócios, mas da pessoa jurídica, ou seja, da sociedade limitada porque é esta que detém autonomia patrimonial para gerir os negócios, mesmo que seja por meio dos sócios, a responsabilidade tributária pelo pagamento dos tributos será da empresa.

Ainda ao que se refere a responsabilidade tributária dos sócios, será até o valor das quotas que adquiriram de comum acordo, e comprometeram-se a integralizar, portanto esse é o limite da responsabilidade atribuída nesse tipo societário.

E com o desenvolvimento deste trabalho, outro objetivo oportuno que buscou-

se esclarecer, é a necessidade de uma contabilidade idônea, já que por meio desta garante-se o sucesso ou fracasso da empresa.

O contador é a pessoa responsável em atender as cobranças do Fisco, porque detém das características necessárias para desempenhar esse papel, sempre respeitando o código de ética da sua profissão, chamado de Código de Ética Profissional do Contador.

Esse código norteia sua conduta, para exercer de maneira idônea as imposições pertinentes, desfazendo-se de atos sem compromisso com o sucesso da empresa, corruptos e irresponsáveis, para zelar pela aplicação de uma contabilidade que seja transparente, e que respeite as normas vigentes.

Portanto, esses foram os objetivos em questão, afim de fundamentar no trabalho os resultados do estudo sobre a limitação da responsabilidade tributária dos sócios na sociedade limitada, apresentou-se um estudo de caso, para evidenciar que a responsabilidade tributária é da empresa, ou seja, o pagamento dos tributos será imputado a pessoa jurídica, dessa forma consegue-se solidificar o referencial teórico.

E por fim, comprova-se que nas hipóteses de dívidas contraídas pela empresa, o Estado só deve cobrar o pagamento por parte da pessoa jurídica, no qual exerce autonomia patrimonial para pagar suas dívidas, e garantir aos sócios proteção ao patrimônio particular.

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANJOS, Bianca dos. Responsabilidade dos sócios em uma sociedade Limitada. Com ênfase na responsabilidade do sócio retirante. **Revista Jusbrasil**. 2016. Disponível em: <https://bianca.direito.jusbrasil.com.br/artigos/218109069/responsabilidade-dos-socios-em-uma-sociedade-limitada>. Acesso em: 02 maio 2018.

BARBOZA, Jovi. **Contabilidade e Planejamento Tributário**. 9. ed. Maringá: Projus, 2017. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Apostila-Contabilidade-Planejamento-Tributa%CC%81rio->

2017.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

BARROS, Maria Rosiane de Figueiredo. **A ética no exercício da profissão contábil**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Contábeis (Graduação) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/rosiane.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

BERALDO, Leonardo de Faria (Org.). **Direito societário na atualidade**: aspectos polêmicos. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jELeC7BBqoQC&pg=PA63&lpg=PA63&dq>. Acesso em: 13 maio 2018.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BRASIL. **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o código civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 25 jul. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Abordagens éticas para o profissional contábil**. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_abord_etica-pdf.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

COSTA, Antonio Ribeiro dos Santos. Os tributos e a contabilidade na sociedade: Um estudo sobre os profissionais contábeis nas empresas da cidade de Picos-PI. *In: Semana de Iniciação Científica da Faculdade R.Sá*, 10. 2016. Picos. **Anais eletrônicos...** Picos: R.Sá, 2016. Disponível em: [http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Tra](http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Tra%20balhos%202016/Ciencias_Contabeis/OS_TRIBUTOS_E_A_CONTABILIDADE_NA_SOCIEDADE.pdf) balhos%202016/Ciencias_Contabeis/OS_TRIBUTOS_E_A_CONTABILIDADE_NA_SOCIEDADE.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). **Código tributário nacional comentado: doutrina e jurisprudência**, artigo por artigo, inclusive ICMS e ISS. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **A emissão da cópia digitalizada de documentos arquivados**. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/>. Acesso em 5 jun. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEMONS, Rafael Severo de. A responsabilidade tributária dos sócios e administradores de sociedades limitadas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 964, 22 fev. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8015>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MALTINTI, Eliana Raposo. **Direito tributário**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.

MÜLLER, Rodrigo. **Sobre ética para o exercício da profissão contábil**. 2003. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Contábeis (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295741.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

NASCIMENTO, Carlos Valder do (Coord.). **Comentários ao código tributário nacional**: lei n. 5.172, de 25.10.1966. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**: textos e testes com as respostas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, Ellen Carolina da. O novo regime jurídico e a sociedade limitada. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo. 2002. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2002-jul-22/regime_juridico_sociedade_limitada. Acesso em: 13 maio 2018.

SILVA, João Edson da. **Contabilidade geral**. 2. ed. Curitiba: IEDES BRASIL, 2008. Disponível em: https://bachfatec.files.wordpress.com/2011/08/contabilidade_geral_livro.pdf. Acesso em: 01 maio 2018.

SOUZA, Carlos Gustavo de. **Direito de empresa**: organização e estruturas societárias. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial sistematizado**: doutrina, jurisprudência e prática. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://centraldoaluno.s3.amazonaws.com/upload/files/2018/01/yE3MDIo5cRtGK8vhKFK5_30_d68417926da00567ee58dcfd2f9a7ece_file.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.